

Alcântara e Mauro cobram a aprovação de tributo para saúde

Senadores consideram a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira justificável diante do quadro dramático vivido pelos que necessitam de atendimento em hospitais públicos

Senadores defendem a permanência da Voz do Brasil

"Quem faz parte da região Norte do país sabe da importância da *Voz do Brasil*, principalmente para as populações ribeirinhas", disse o senador Bernardo Cabral (AM), ao condenar a campanha que alguns meios de comunicação têm feito para extinguir este noticiário. O parlamentar lembrou que, das 2.700 emissoras de rádio brasileiras, 700

estão organizadas numa campanha para acabar com o programa. Cabral ressaltou que a *Voz do Brasil* é



Cabral

a única forma de as populações distantes terem um conhecimento mais pormenorizado do que se passa no Legislativo e no Executivo.

"No longínquo Amazonas, a imagem da televisão que ali chega não mostra a maioria dos acontecimentos que se passam no Congresso", testemunhou o senador. Cabral sustentou também que iniciativas como a da TV a Cabo, recém-inaugurada no Legislativo, são indispensáveis para que "se faça um pacto com a verdade na nação brasileira, a fim de que não se

fale mais que o Senado é uma Casa vazia".

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que a *Voz do Brasil* precisa ser mantida para evitar que as populações distantes recebam apenas informações parciais. Humberto Lucena (PMDB-PB) disse que a campanha para a extinção da *Voz* parte de grupos de radiodifusão interessados em aumentar seu faturamento.

Marina Silva (PT-AC) elogiou a *Voz* por levar a todo o país um noticiário imparcial. Marluce Pinto (PMDB-RR) sustentou que nos estados do Norte estão os mais assíduos ouvintes do programa.

Lauro Campos (PT-DF) criticou a campanha pela eliminação do programa. Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que é dever do Poder Público transmitir ao povo a informação da verdade em termos imparciais, o que não aconteceria se o Executivo e o Legislativo ficassem sujeitos apenas aos meios de comunicação não-oficiais.

Lembrando ter sido o primeiro a denunciar a campanha contra a *Voz*, Júlio Campos (PFL-MT) disse que os interessados em extingui-la querem aumentar em uma hora seu faturamento comercial.

Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Mauro Miranda (PMDB-GO) cobram sexta-feira uma definição da Câmara para a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), destinada ao financiamento dos serviços de saúde pública. A proposta de emenda constitucional que institui o tributo, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares e já aprovada pelo Senado, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

Ao defender a CPMF, Alcântara acusou o sistema financeiro e as grandes fortunas do país de mobilizarem-se contra a aprovação do tributo. Já o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) expôs o dramático quadro da saúde no país para defender a aprovação da proposta "com todos os custos políticos" decorrentes.

Na opinião de Lúcio Alcântara, relator do



Mauro Miranda

parecer favorável à proposta da CPMF, "há um descaso da Câmara com os projetos oriundos do Senado". Por isso, segundo informou, o presidente da CCIJ, senador Íris Rezende (PMDB-GO), irá solicitar ao presidente do Senado, José Sarney, que entre em contato com o presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) concordou que é preciso tirar a saúde da UTI em que se encontra.

Mauro Miranda, por sua vez, comparou o que ocorre nos hospitais públicos com "a imagem escancarada de verdadeiros campos de concentração", onde os



Alcântara

mais carentes são tratados como "lixo humano". Por isso, ele defendeu prioridade absoluta para a solução da crise na saúde pública.

Mauro recebeu o apoio dos senadores Ernandes Amorim (PMDB-RO) e Nabor Júnior (PMDB-AC).

Simon quer conhecer proposta contra corrupção

O senador Pedro Simon quer a juíza Denise Frossard depondo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para explicar a proposta de combate à corrupção que ela apresentou na Suíça. **Página 4**

Lobão apóia projeto para gestão de rodovias

O senador Edison Lobão defende a proposta que descentraliza a gestão de portos e rodovias, mas pede tratamento diferenciado para regiões carentes. **Página 3**



Ronaldo Cunha Lima

Ronaldo quer manter Banerj na Paraíba

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) dirigiu apelo ao governo federal e ao Banco Central em favor da manutenção das agências do Banerj localizadas em João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba. Ele denunciou que o Banco Bozzano Simonsen, que agora administra o banco estadual, planeja fechar as duas agências e demitir "mais de 50 chefes de família, mesmo depois de ter sido beneficiado pela ajuda do governo ao sistema financeiro".

É bom que se diga, ambas as agências encontram-se no momento com *superávit*, além de que o banco tem trabalhado como fomentador, contribuindo com programas de revitalização do comércio e indústrias locais - frisou o senador, manifestando-se surpreso com a decisão do grupo carioca.

Ronaldo Cunha Lima disse que entraria em contato diretamente com os presidentes do Banco Central, do Banco Bozzano Simonsen e com o governo do Rio de Janeiro para tentar reverter a situação. "Ou, de maneira mais ampla, espero que sejam repensadas as medidas adotadas no socorro às instituições financeiras, condicionando-as à manutenção do emprego dos trabalhadores a elas vinculados", acrescentou.

Fogaça destaca ação de Brito para ajudar agricultor

Atingidos pela seca receberão crédito com base na equivalência-produto

O senador José Fogaça (PMDB-RS) solidarizou-se sexta-feira com o governador Antônio Brito, do Rio Grande do Sul, que conseguiu recursos para conceder crédito de R\$ 2.500

aos agricultores gaúchos atingidos pela seca. Conforme o senador, os agricultores terão três anos para pagar o empréstimo pela equivalência-produto e juros reduzidos a um terço da taxa normal de mercado.



José Fogaça

Fogaça, entretanto, criticou as lideranças da CUT que, conforme afirmou, convenceram os agricultores no sentido de que fossem para a estrada e exigissem recursos a fundo perdido, ou seja, sem necessidade de pagamento. Para o senador, tal doação seria uma injustiça para com os demais cidadãos brasileiros, e que existiriam outras prioridades caso o governo tivesse condições de simplesmente dar o dinheiro.

Jonas Pinheiro elogia equipe econômica

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) congratulou a equipe econômica do governo pela edição das normas que deverão regulamentar as operações de securitização das dívidas agrícolas.

De acordo com essas normas, o prazo para adesão dos agricultores ao processo de securitização das dívidas, por intermédio das agências bancárias, foi prorrogado para o dia 29 de fevereiro.

Pinheiro lembrou que, após intensas negociações entre o governo e a Frente Parlamentar da Agricultura, foi firmado, em novembro do ano passado, um acordo que viabilizou o processo de alongamento de R\$ 7 bilhões das dívidas dos agricultores, inclusive associações e cooperativas, através do mecanismo de securitização.

- Trata-se de um importante avanço no sentido de se levar mais segurança e tranquilidade ao agricultor brasileiro - disse o



Jonas Pinheiro

senador, ao testemunhar "o esforço empreendido pelos parlamentares e pela equipe econômica para viabilizar esse importante processo.



Ademir Andrade

Ademir critica fechamento de agências do Basa

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou na sexta-feira o fechamento de 12 agências do Banco da Amazônia (Basa), anunciado pelo Ministério da Fazenda. Os maiores prejudicados com a medida, segundo o senador, serão os agricultores e empresários mais humildes da região, que têm no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FNA), administrado pelo Basa, a única fonte de financiamento de suas atividades.

Ademir pediu que o governo seja "menos drástico" e dê prazo e oportunidade aos municípios onde se localizam as agências ameaçadas, para que possam tirá-las do prejuízo. Ao destacar a importância do Basa no desenvolvimento das comunidades do interior, o senador paraense sugeriu que em cada prefeitura do interior da Amazônia um funcionário do banco seja encarregado de prestar orientação aos pequenos e médios empresários e produtores rurais. Ademir Andrade foi apoiado, em aparte, pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) e pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária

Pauta: *PEC nº 68/95, que institui o Fundo de Estabilização Fiscal (quarto dia de discussão em primeiro turno)

Napoleão quer mudar traçado da BR-020

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) propôs sexta-feira que o governo conclua a implantação da BR-020 com alteração de seu traçado, de modo que ele coincida com trechos já prontos de duas estradas do Piauí e de uma federal (BR-135), na Bahia. A rodovia interliga Brasília a Fortaleza e foi iniciada no governo de Juscelino Kubitschek, mas estão concluídos apenas os trechos que atravessam o estado do Ceará até Picos, no Piauí.



Napoleão

Segundo o senador, a alteração do traçado reduziria o percurso em muitos quilômetros e desafogaria o tráfego intenso da BR-135, sobrecarregado pelos carregamentos de soja oriundos dos cerrados piauienses e baianos.

Radiobrás trabalha pela reeleição de FHC, diz Lauro



Lauro

Ao acusar o presidente da Radiobrás, Maurílio Ferreira Lima, de haver traído os ideais socialistas que antes defendia, o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que a empresa presidida pelo ex-deputado tem três tarefas fundamentais: "Reeleger FHC, eleger o próprio Ferreira Lima e salvar o PSDB".

Para Lauro Campos, a atitude de Maurílio Ferreira Lima fere dispositivos da Constituição e do Código Eleitoral. Por isso, ele encaminhou representação ao ministro-corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando que sejam tomadas "medidas cabíveis contra as manifestações descabidas de Ferreira Lima".

Gestão descentralizada de portos e rodovias tem apoio de Lobão

Mas senador acha que projeto beneficia mais o Sul e sugere que se encontre uma fórmula em favor das rodovias das regiões carentes

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou sexta-feira o projeto de lei de iniciativa do Executivo que autoriza a União a delegar aos municípios e estados a administração e exploração de rodovias e portos federais. O projeto, oriundo da Câmara dos Deputados, já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e aguarda vota-



Lobão

ção do plenário. Lobão pediu apoio dos senadores para aprovação da matéria, argumentando que ela "sinaliza o propósito do atual governo em persistir na descentralização, tão necessária ao desenvolvimento econômico". Ele advertiu, no entanto, que as novas normas beneficiam os estados do Sul, onde se localizam as rodovias e portos de maior movimento, e que

restam dúvidas sobre o futuro das rodovias federais do Norte e Nordeste. Lembrando que "em praticamente nenhuma das duas regiões se registra a movimentação intensa de veículos que pudesse compensar a cobrança de pedágio", Edison Lobão sugeriu que se encontre uma fórmula em favor das rodovias das regiões mais carentes.

O pronunciamento de Edison Lobão foi apoiado, em apertes, pelos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Hugo Napoleão (PFL-PI).

Marluce condena redução de salários de policiais

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) criticou sexta-feira o projeto que tramita no Senado sobre a remuneração da Polícia Civil dos estados de Roraima, Acre, Rondônia e Amapá. Em sua opinião, a proposta avilta os direitos daqueles policiais e fere princípios da própria Constituição, ao propor uma redução nos vencimentos da classe.

- Não podemos deixar que os policiais civis dos ex-territórios continuem a padecer por mais tempo as angústias de uma situação indefinida - afirmou a senadora.

Marluce Pinto lembrou que a Constituição de 1988 outorga aos policiais civis dos ex-territórios a condição de servidores da União, cedidos para servir nos novos Estados, sendo esses 2 mil funcionários uma espécie de classe em extinção, visto que uma expressiva maioria está em vias de aposentar-se.

Ela acusa o projeto de reor-



Marluce Pinto

ganizar esses servidores de forma a propiciar injustiça contra funcionários de atividades e responsabilidades idênticas aos dos agentes da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal.

A senadora alega que, enquanto a carreira policial federal vai ser beneficiada com 200% de compensação orgânica e atividade de risco, e enquanto a carreira de policial civil do Distrito Federal ganhará 170% de acréscimo por conta dessa mesma exigência, os policiais civis dos ex-territórios terão um acréscimo de irrisórios 30%.

"Não é justo que nós referendemos esse absurdo", disse Marluce Pinto, sugerindo a revisão do projeto, mesmo com a necessidade de mandá-lo de volta à Câmara dos Deputados. Ela informou que essa idéia já foi levada ao ministro da Justiça, Nelson Jobim.

Tuma critica discriminação

O senador Romeu Tuma (SP) defendeu o direito de policiais dos ex-territórios do Acre, Roraima, Rondônia e Amapá terem vencimentos semelhantes aos dos policiais federais e dos integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal. Ele disse que esses policiais estão sendo discriminados com a fixação de "salários aviltantes que envergonham qualquer profissão".

O parlamentar disse que "é injurioso o tratamento dado aos policiais dos ex-territórios". Ele lembrou que a profissão de policial é uma das mais estressantes do mundo e que este profissional "às vezes está onde nem a sociedade civil organizada se faz presente".

O senador reconheceu a existência de corrupção em alguns ramos da polícia, dizendo que "infelizmente há policiais que hoje fazem parte de quadrilhas de assaltantes". Mas ressaltou que esta é uma profissão digna, que precisa ser fortalecida.

Simon quer que juíza apresente proposta contra a corrupção



Ernandes Amorim

Amorim elogia decreto sobre demarcações

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) elogiou sexta-feira o presidente da República e o ministro da Justiça pela assinatura do decreto que permite o questionamento na Justiça das demarcações de reservas indígenas. Segundo Amorim, a partir de agora os cidadãos não-índios vão poder se socorrer do Judiciário para reivindicar seus direitos lesados com a demarcação de áreas indígenas, usando o princípio do contraditório consagrado na Constituição Federal.

Para o senador, o decreto garante tanto os direitos dos índios, "que eu respeito", quanto os dos cidadãos não-índios. "O que não se pode é criar um país dentro de outro país como a da nação indígena lanomâmi, em Roraima", concluiu.

Condenando a demarcação indiscriminada de áreas indígenas, o que, a seu ver, prejudica o pequeno agricultor, Ernandes Amorim sustentou que as demarcações feitas em seu estado, Rondônia, prejudicaram milhares de pequenos produtores rurais. Conforme assinalou, foram concedidas, ali, a pequenos grupos de 10 a 120 índios, áreas que vão de 200 mil a 1 milhão e 800 mil hectares, como é o caso da área indígena Uru-eu-wau-wau, localizada nos municípios de Guajará-Mirim, Ariquemes e Campo Novo de Rondônia.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou sexta-feira que vai requerer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) que a juíza fluminense Denise Frossard seja convidada a expor, perante a comissão, proposta que apresentou, na Suíça, de combate à corrupção no Brasil. A iniciativa de Simon recebeu, em aparte, o apoio do presidente da CCJ, senador Íris Rezende (PMDB-GO).

A proposta da juíza prevê criação de uma agência anticorrupção composta de representantes do governo, do setor privado e da sociedade civil.



Simon

O senador lembrou que, quando governou o Rio Grande do Sul, determinou que a polícia não prendesse mais os bicheiros, para acabar com a corrupção que era propiciada pela repressão, nos meios policiais, à atividade ilegal.

Também apartando, o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) apoiou-se na estratégia de Simon, quando governador, para defender projeto que apresentou ao Senado liberando a prática do jogo, incluindo o funcionamento de cassinos. Simon, no entanto, esclareceu que sua atitude não implicava a aceitação da legalização dos jogos de azar.

Valmir diz que governo do PT inviabiliza novos empregos

O governo do PT no Distrito Federal inviabiliza a criação de novos empregos por não executar um plano executável de industrialização, capaz de atrair indústrias e empreendimentos para dar emprego à população.

A afirmação foi feita sexta-feira pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF), ao se manifestar preocupado com o quadro de desemprego na Capital Federal, cujo índice, informou, atinge 15,6%.



Valmir

A construção civil no DF, segundo Valmir Campelo, é um dos segmentos mais sacrificados. "O governo paralisou as obras do metrô, as construtoras particulares estão paradas e as lojas de materiais de construção continuam a demitir", alertou, para criticar "o imobilismo do governo do PT, que assumiu consciente de que o desemprego era uma questão que ameaçava explodir a qualquer momento".

Maldaner apóia debate sobre maconha

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou d. Ruth Cardoso por ter feito declarações à imprensa estimulando o debate sobre a descriminação da maconha. As drogas, na avaliação do senador, se constituem em um problema que afeta jovens no mundo inteiro e o Congresso deve incluir o assunto em sua pauta, em busca de uma solução para o problema.

Para o senador, as declarações de d. Ruth rompem a hipocrisia e tratam às claras um assunto que afeta toda sociedade.



Maldaner

Valadares destaca 40 anos da Gazeta de Sergipe



Valadares

A comemoração dos 40 anos de circulação ininterrupta do jornal *Gazeta de Sergipe* foi registrada sexta-feira pelo senador

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao destacar a postura daquela publicação em defesa do estado e da comunidade, e no combate à corrupção.

Valadares reportou-se à influência que aquele jornal exerce na sociedade sergipana, desde seu lançamento, em 1956, por Orlando Dantas, então com o nome de *Gazeta Socialista*, alterado dois anos após.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade ■ **Editores:** Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célso Azevedo, Mírcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**